

DO DIREITO AO VOTO FEMININO À POSSE DA PRIMEIRA PRESIDENTA. UMA ANÁLISE DAS MULHERES NAS PRIMEIRAS PÁGINAS

Data de aceite: 01/04/2024

Camila Welikson

Doutora em Comunicação Social no Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio. Mestra em Estudos dos Media pela Universidade Nova de Lisboa

Leonel Azevedo de Aguiar

Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Comunicação (UFRJ)

RESUMO: Este artigo apresenta as análises de um levantamento sobre as notícias publicadas no jornal *O Globo* relacionadas aos acontecimentos considerados fundamentais para o movimento feminista. O objetivo é tentar compreender como as conquistas e avanços deste movimento social influenciaram o processo de produção da informação jornalística e de que forma a disputa discursiva envolvendo a representação da mulher se evidenciou no jornalismo de referência em momentos fundamentais da luta feminista. Investigou-se o tema com base em estudos teóricos sobre critérios de noticiabilidade e também a partir de autores que debatem a relação entre discurso, poder e feminismo.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; teorias do jornalismo; jornal O Globo; feminismo; movimento feminista.

FROM THE RIGHT TO WOMEN'S SUFFRAGE TO THE INAUGURATION OF THE FIRST FEMALE PRESIDENT. AN ANALYSIS OF THE WOMEN ON THE FRONT PAGES

ABSTRACT: This article presents the analysis of a survey about News published on 'O Globo' - a Brazilian newspaper - related to events considered fundamental for the feminist movement. Its purpose is to try to understand how the achievements and advances of this social movement influenced the process of producing journalistic information and how the discursive dispute involving the representation of women was evidenced in well regarded journalism on fundamental moments of the feminist struggle. The theme was investigated based on theoretical studies about publishing criteria, and also from authors who debate the relationship between discourse, power and feminism.

KEYWORDS: Journalism; journalism theories; O Globo newspaper; feminism, feminist movement.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o papel da mulher na História vem ganhando mais espaço entre pesquisadores, mas não foi sempre assim. Desde o pensamento ilustrado do século XVIII até meados do século XX, o discurso político e histórico foi construído com base em um sujeito abstrato e, fundamentalmente, masculino. Por séculos, as mulheres foram ignoradas tanto como personagens quanto como produtoras de conhecimento.

Mudanças neste cenário começaram a ocorrer no final do século XIX, com a primeira onda feminista, quando as mulheres passaram a lutar pelo direito ao voto. Mas foi somente a partir dos anos 1970, com a segunda onda feminista, durante o qual reivindicações e mobilizações políticas e sociais irromperam por toda a Europa e também nos Estados Unidos, que ocorreu a emergência de um debate histórico acerca da mulher. O surgimento da *Nouvelle Histoire*¹ contribuiu para que as mulheres fossem percebidas como agentes integrantes da narrativa histórica e ganhou força o debate sobre a condição de exploração em razão do sexo.

Nos anos 1990, a terceira onda feminista trouxe novas pautas e a introdução do conceito de interseccionalidade², o que tornou o debate mais atento a aspectos relacionados à raça, classe e sexualidade. Já existe uma discussão sobre o surgimento de uma quarta onda feminista, marcada pelo uso massivo das redes sociais para fins de organização, conscientização e divulgação de ideias.

A imprensa acompanhou estes movimentos e transformou o debate público e político em notícia. Foi o caso do Jornal *O Globo*, fundado em 29 de julho de 1925. Funcionou como jornal vespertino até 1962, ano em que passou a ser matutino, e em 29 de julho de 1996 – setenta e um anos após sua inauguração – lançou uma versão digital. O jornal testemunhou, portanto, importantes conquistas da luta feminista.

Segundo Margareth Rago, “as mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente” (1998, p. 159). Daí a importância de estudar a sua representação na imprensa, pesquisar de que modo o reconhecimento do poder do seu próprio corpo na luta por direitos influenciou o seu posicionamento no espaço social e analisar como as notícias sobre mulheres acompanharam as mudanças culturais e históricas.

1 A Escola dos *Annales*, que deu origem à Nova História, contribuiu para a valorização de análises culturais que reconhecem a importância do cotidiano e da esfera privada. Desta forma, cresceu o número de estudos em que a mulher é vista como personagem histórico.

2 O termo “interseccionalidade” ficou conhecido quando a defensora dos direitos civis americana Kimberlé Williams Crenshaw realizou uma palestra na cidade Durban, na África do Sul, em 2001, e usou a expressão para definir uma categoria teórica que enfatiza diferentes sistemas de opressão, em especial aqueles que envolvem raça, gênero e classe. Carla Akotirene aborda o assunto e destaca a sua importância na luta das mulheres negras. Para a autora, a interseccionalidade oferece uma instrumentalidade teórica-metodológica para pensar a questão da inseparabilidade estrutural do racismo com o capitalismo e o cis-hétero-patriarcado. Para saber mais, ver: AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

As experiências sociais relacionadas ao avanço do feminismo influenciaram o discurso midiático? As notícias publicadas em jornais sobre questões da mulher estão vinculadas a um olhar masculino? Existe uma disputa entre o discurso feminista e o discurso hegemônico patriarcal sobre a mulher, seus direitos, seus interesses e seu corpo?

Para refletir sobre o tema, analisamos as matérias do jornal *O Globo* publicadas no dia seguinte a acontecimentos em que houve ou protagonismo feminino ou decisões importantes na esfera política envolvendo mulheres. O primeiro momento escolhido foi a aprovação, por Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, do novo Código Eleitoral que garantiu o direito de voto feminino. O segundo momento foi a publicação, em 1945, da Carta das Nações Unidas que reconheceu a igualdade entre homens e mulheres. Escolhemos, também, a fundação da primeira Delegacia da Mulher, em 1985, a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, no dia 5 de outubro daquele ano e o decreto da Lei Maria da Penha, em 7 de agosto de 2006. Analisamos, ainda, notícias referentes às eleições das seis primeiras mulheres a assumirem os cargos de prefeita, deputada federal, senadora, ministra de Estado, ministra da Fazenda e presidenta do país. Para completar a pesquisa, analisamos a primeira página das 87³ edições do jornal *O Globo* do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, com ênfase para as últimas 45 capas, a partir de 1975, quando a ONU estabeleceu oficialmente a data.

No campo teórico, utilizamos os principais autores dos estudos de jornalismo que utilizam a metodologia do *newsmaking*, notadamente os critérios de noticiabilidade. Além de aplicar conceitos das teorias do jornalismo, levantamos questões significativas do debate feminista.

Os resultados desta pesquisa, associadas aos textos teóricos, permitiram pensar sobre a relação entre evolução do movimento feminista e produção noticiosa no Brasil e avaliar como a disputa discursiva envolvendo as categorias “feminino” e “feminismo” se evidenciaram na imprensa ao longo do século XX.

Avanços nas ruas, entraves no jornal

O feminismo avançou paulatinamente no século XX e foi somente na década de 1970, com a decisão da ONU de considerar 1975 o Ano Internacional da Mulher, que discussões sobre o tema vieram à tona.

Em países da Europa ocidental como a França, um novo movimento feminista, no começo dos anos 1970, levava às ruas debates como o direito das mulheres ao corpo e ao sexo, o uso da pílula anticoncepcional, a participação das mulheres na política institucional, nas atividades produtivas e de direção, além das transformações aceleradas do que se entendia como família (...). A priorização conferida pela ONU a essa agenda de direitos (...) possibilitou que tais discussões chegassem à arena pública no Brasil, mesmo que com atraso de alguns anos (FREITAS; OLIVEIRA, 2018, p. 73 e 74).

3 Desde a sua fundação até 2019, há 94 edições do jornal referentes ao dia 8 de março, no entanto, há sete jornais que não estão disponíveis no arquivo digital e, portanto, não entraram na contagem.

Foi já no século XXI que o movimento (e também a imprensa) feminista, embarcando na apropriação que os movimentos sociais fizeram das tecnologias de informação e comunicação (TICs), ressurgiu com força, impelindo que fossem colocados em pauta, na grande imprensa, temas que até então eram ignorados.

Ao analisar as notícias publicadas no jornal *O Globo* sobre os avanços feministas no Brasil, percebemos que, na primeira metade do século XX, não havia ainda muita preocupação em transpor para as linhas do jornal o cenário de lutas e transformações que se modelava nas ruas e no campo político.

A aprovação do novo Código Eleitoral, por Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932, foi amplamente noticiada no dia seguinte, com ênfase para algumas mudanças importantes, como a aprovação do voto secreto e proporcionalidade das representações estaduais. Apesar de ter sido neste momento que o direito de voto feminino foi aprovado,⁴ o jornal do dia 25 de fevereiro nada anunciou sobre o assunto. Apenas no dia 29 de fevereiro, a questão foi lembrada em uma matéria intitulada “A concessão do voto às mulheres”, mencionando que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, antiga sociedade de senhoras, “que vem defendendo o voto feminino como uma das suas mais justas e legítimas aspirações, satisfeita pela realização desse objetivo com a assinatura e publicação da Lei Eleitoral, enviou (...) telegramas aos que lhe deram seu decidido apoio”⁵.

Do mesmo modo que a conquista ao voto passou sem alarde pelas páginas do jornal, a igualdade entre homens e mulheres, reconhecida com a publicação da Carta das Nações Unidas⁶, também não resultou em notícias em *O Globo* no dia seguinte ao acontecimento.

Não se pode ignorar que a conjuntura política nos dois momentos mencionados acima era bastante complexa. No caso da aprovação do Código Eleitoral Brasileiro, pela primeira vez, a legislação fez referência aos partidos políticos, ainda que a candidatura avulsa fosse permitida e inúmeras outras novidades surgiram, entre elas, a proporcionalidade das representações estaduais, assunto considerado prioridade pelo jornal e, portanto, principal notícia.

No caso da elaboração da Carta das Nações Unidas, o mundo ainda estava vivendo o fim da II Grande Guerra e o tema principal a ser abordado pela imprensa não poderia ser outro. De acordo com Marcos Paulo da Silva, “os valores-notícia, entendidos como parâmetros que levam um determinado acontecimento a ser selecionado como noticiável (...) estabelecem-se atrelados a um padrão clássico de ruptura a uma ordem social anteriormente estabelecida” (SILVA, 2014, p. 31). É o que, de fato, vemos nos dois casos citados acima, mas as rupturas relevantes naqueles dois momentos não incluíam quaisquer questões relacionadas às mulheres.

4 O voto feminino foi aprovado com algumas restrições. Apenas mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria podiam votar.

5 Acervo Digital *O Globo*, 29/2/1932, edição vespertina, 1ª Seção, p. 6.

6 Entre os dias 25 e 26 de junho de 1945, representantes de 50 países se reuniram em São Francisco para a Conferência sobre Organização Internacional. No último dia da Conferência, foi assinada a Carta das Nações Unidas que entrou em vigor em 24 de outubro daquele mesmo ano.

Os discursos dominantes são excludentes uma vez que não dão espaço de fala para muitos sujeitos. Isso não significa que exista um único discurso “ilimitado e contínuo”, como alerta Foucault. “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 1996, p.52-53). Sendo assim, o discurso é uma manifestação de poder e também de tensão e por meio da produção discursiva é impossível apreender a realidade objetiva.

A ideia de discurso como “o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10) é importante, mas não há espaço aqui para um aprofundamento na proposta foucaultiana, portanto, daremos atenção às questões teóricas próprias do campo do jornalismo a fim de entender a forma de representação da mulher na imprensa entre as décadas de 1930 e 1940.

Marcos Paulo da Silva, citando Herbert Gans, mostra que um acontecimento pode ser eleito como notícia em meio a um amplo conjunto de eventos cotidianos por quatro diferentes razões.⁷ Primeiro, pode ser o resultado do julgamento subjetivo dos próprios profissionais da área e “portanto, as notícias submetem-se e decorrem necessariamente dos vieses – ideológicos e políticos, entre outros – de cada um dos integrantes das salas de redação” (SILVA, 2014, p. 27); uma segunda razão é a influência de fatores eminentemente organizacionais, o que significa considerar as estruturas administrativas e as divisões de trabalho em cada organização; a terceira possibilidade é a repercussão da própria natureza dos eventos noticiáveis, hipótese já considerada ultrapassada uma vez que aborda a notícia a partir de um prisma frágil e até ingênuo; por fim, uma quarta explicação é a consequência de forças provenientes do exterior das organizações jornalísticas, tais modelos estariam “ancorados em determinismos tecnológicos ou economicistas” (SILVA, 2014, p. 28). Para Gans, todas as explicações acima possuem um grau de verdade ou validade ao se discutir o processo de seleção noticiosa, mas:

Todas as soluções dadas pelas teorias anteriormente citadas perpassam, de alguma maneira, três noções teóricas situadas em um campo de ação bastante próximo, mas expressas em categorias semânticas distintas que precisam ser entendidas em seus universos multifacetados: um verbo – “selecionar” – e dois substantivos – “critério” e “valor” (...). Os três conceitos constituem aspectos essenciais para o entendimento dos processos intrínsecos na construção tanto da narrativa jornalística quanto da ideia mais ampla de noticiabilidade (SILVA, 2014, p. 29-30).

Uma rápida pesquisa na internet sobre o Código Eleitoral de 1932 e a Carta das Nações Unidas de 1945 nos levará a diversos textos atuais que mencionam as decisões acerca da mulher como pontos importantes nas duas ocasiões. Mas esta é uma visão posterior e própria de textos escritos muitos anos depois dos acontecimentos. Ao analisar as notícias sobre estes dois episódios, publicadas no momento em que ocorreram, perceberemos que nos anos 30 e 40 do século XX as questões feministas ainda não eram consideradas valores-notícia.

⁷ As quatro razões propostas por Gans e apresentadas aqui são uma síntese de algumas das principais teorias do jornalismo, como a Teoria da Ação Pessoal (Gatekeeper), a Teoria do Espelho, as Teorias Organizacionais e Construcionistas e as Teorias de Ação Política (TRAQUINA, 2005).

Décadas depois, a realidade era bem diferente. Quando a primeira Delegacia da Mulher foi inaugurada em São Paulo, em 6 de agosto de 1985, a pauta feminista já tinha alcançado dimensões maiores – a própria criação desta delegacia indicava tal avanço – e o fato virou notícia com destaque na primeira página do jornal, com o título “Mulher paulista já tem Delegacia”. Como o mundo não havia mudado tanto assim e o discurso patriarcal continuava (e continua) hegemônico, a chamada destacava a piada machista do então Secretário de Segurança, Michel Temer, que, “após ouvir as feministas, ironizou: quer a de Defesa dos Homens”⁸. A matéria completa dava destaque à delegada Rosemary Corrêa, mas junto à fotografia da sua posse, um texto com menção à roupa que usava.

Mulher paulista já tem Delegacia
São Paulo criou ontem a Delegacia de Defesa da Mulher. Após ouvir as feministas, o Secretário de Segurança Michel Temer ironizou: quer a de Defesa dos Homens. Página 6



Rosemary Corrêa (no centro) é aplaudida ao tomar posse na Delegacia de Defesa da Mulher

Paulista ganha Delegacia para defender a mulher

SÃO PAULO — O Governador Franco Montoro assinou ontem o decreto de criação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, a primeira do gênero na América Latina. Com a presença de representantes de mais de dez entidades de defesa da mulher, da Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Eva Blay, da Deputada Federal Ruth Escobar, além de outras autoridades policiais, a solenidade foi marcada por um clima de euforia, principalmente porque a idéia está se difundindo por todo o País. Vários estados já mostraram interesse na criação de uma delegacia semelhante.

A Delegada titular da Delegacia de Defesa da Mulher, Rosemary Corrêa, muito bem vestida e comunicativa, não escondia sua expectativa no sucesso da experiência.

— Tem que dar certo e vai dar certo — disse a um repórter — Nós proporcionaremos a toda mulher vítima de violência um ambiente agradável, onde ela não se sentirá constrangida de falar. A comunicação desses crimes, que hoje é muito baixa, vai aparecer muito mais e os criminosos vão saber agora que não ficarão mais impunes.

Rosemary não se alterou quando lhe perguntaram o que fará quando tiver que enfrentar um criminoso violento:

— Não somos heroínas e nem temos a pretensão de ser. Se precisarmos, não fazemos divórcio de que pediremos apoio aos investigadores do Degran — enfatizou.

A Delegacia será subordinada ao Delegado-Chefe do Departamento das Delegacias Regionais da Polícia da Grande São Paulo (Degran), Newton Fernandes, e contará com 13 funcionárias que trabalharão das 8 às 18 horas nos dias úteis e, nos fins de semana e feriados em regime de plantão.

Segundo o Secretário de Segurança, Michel Temer, idealizador da nova Delegacia, os distritos continuarão a registrar as ocorrências de crimes praticados contra a mulher, mas os inquiridos sempre serão instaurados e conduzidos pela Delegacia de Defesa da Mulher.

A deputada Federal Ruth Escobar, que fez um breve discurso na solenidade, provocou risos quando afirmou que as mulheres “não precisam suplantiar os homens, porque são melhores do que eles.” Logo depois, a Deputada classificou de absurdo o fato de não haver mulheres no poder, o que, na sua opinião, “faria um mundo melhor”.

— Depois desse discurso da Deputada Ruth Escobar — disse o Secretário Michel Temer — acho que vamos precisar criar a Delegacia de Defesa dos Homens.

Segundo dados fornecidos pela Assessoria de Imprensa da Secretaria da Segurança Pública, em 1984, na Grande São Paulo, ocorreram 1.437 estupros consummados, 513 tentativas, 1.192 casos de sequestro, 228 atos obscenos, 373 raptos e 188 ocorrências de corrupção de menores.

Acervo Digital *O Globo*, 7 de agosto de 1985, edição matutina, Primeiro Caderno, primeira página e página 6.

8 Acervo Digital *O Globo*, 7/8/1985, edição matutina, 1º Caderno, 1ª página.

Alguns anos depois, no dia 6 de outubro de 1988, a imagem de um plenário lotado comemorando a promulgação da Nova Constituição Brasileira – um marco contra a discriminação da mulher – dividiu a primeira página do jornal com uma fotografia em que o jogador Romário “oferece churrasco à sua noiva, Mônica, com quem já está fazendo planos para a nova vida na Europa”⁹. A moda italiana que fez “as saias descerem” também recebeu espaço na primeira página.

No interior do jornal, muitas linhas sobre os acontecimentos do dia anterior e análises sobre as mudanças no país. Informações relacionadas às mulheres destacavam o medo e a incerteza devido ao aumento da licença-maternidade para 120 dias.¹⁰ Outro destaque foi a “brilhante noite de D. Mora”, esposa de Ulysses Guimarães. Considerada pelo jornal uma das principais atrações do Congresso no dia anterior, a “primeira-dama” foi elogiada na matéria por ter se saído bem como mulher, mãe e avó:

Cuidou de todos os detalhes de Ulysses: arrumou sua gravata, ajudou o paletó e, segundo recomendação de Dona Sarah Kubitschek, convidada de honra do casal, escondeu um lenço branco que não combinava com o terno azul marinho. Como mãe e avó, preocupou-se com a acomodação dos filhos Celina e Tito Henrique e dos seus cônjuges, Luiz Eduardo e Maria Luiza, e com os netos Paulo (filho de Celina) e Francisco e Tito (de Tito Henrique)¹¹.



Acervo Digital *O Globo*, 6 de outubro de 1988, edição matutina, Primeiro Caderno, página 3.

9 Acervo Digital *O Globo*, 6/10/1988, edição matutina, 1º Caderno, 1ª página.

10 As matérias não abordam ainda uma visão feminista sobre aspectos relacionados à raça e classe. Estas questões entrariam no debate público apenas a partir dos anos 1990.

11 Acervo Digital *O Globo*, 6 de outubro de 1988, edição matutina, Primeiro Caderno, página 3.

D. Mora teve direito a fotografia e entrevista, ao contrário da socióloga e cientista política, Jacqueline Pitanguy, indicada pelo então presidente da República a ocupar o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, “com o mandato de propor, acompanhar e desenvolver políticas públicas com perspectiva de gênero, visando melhorar a situação da mulher no Brasil”¹². Jacqueline ganhou, no entanto, nota na coluna social Swann, de Fred Suter:

Como representante máxima do que ela mesma batizou de “lobby do batom”, a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, vai caprichar na maquiagem e na fatioteira para a grande festa da promulgação da nova constituição, hoje, em Brasília. Jacqueline e suas seguidoras feministas não escondem a satisfação com as vitórias que tiveram: afinal, 80% das propostas das mulheres foram incorporadas ao texto constitucional com avanços significativos – entre eles, o direito de amamentação das presidiárias, licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade e direitos para as empregadas domésticas¹³.

É notório que o contexto histórico influencia políticas editoriais, julgamentos subjetivos e relações intra e extra organizacionais, e provoca alteração no que é considerado valor-notícia, o que mostra que tais valores não são definidos e invariáveis. É o que vemos acontecer com a aprovação da Lei Maria da Penha, no dia 7 de agosto de 2006.

Neste momento, temos um novo cenário, com a agenda do movimento feminista, em especial a violência contra a mulher, já bem solidificada como valor-notícia na imprensa. Apesar de não aparecer na primeira página, a nova lei ganhou destaque na segunda página, além do espaço de toda a página 13, com imagens, quadro de contextualização sobre casos de violência e informações sobre mudanças produzidas com a lei.

Se questões relacionadas à mulher se transformaram, definitivamente, em valor-notícia, resultado da crescente importância e interesse dados ao tema, foi porque, como explica Barsotti, os jornalistas estavam “sintonizados com os temas que mobilizam a comunidade na qual estão inseridos, que está circunscrita em um tempo e espaço definidos” (2017, p. 52). Vemos isso ao analisar as notícias relacionadas às eleições de mulheres para ocupar cargos políticos.

Elegantes, não! Importantes

Alzira Soriano poderia ter ganhado as páginas dos jornais em todo o país quando, aos 32 anos de idade, venceu as eleições com 60% dos votos para prefeitura de Lajes, cidade do interior do Rio Grande de Norte. O motivo? Ela foi a primeira mulher da América Latina a ocupar o cargo de prefeita e tomou posse no dia primeiro de janeiro de 1929. Mas o jornal *O Globo* não noticiou o acontecimento.

¹² Revista do Instituto Humanitas da Unisinos, edição 387, de 26 de março de 2012. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4324&secao=387. Acesso em 12 de junho de 2019.
¹³ Acervo Digital *O Globo*, 5 de outubro de 1988, edição matutina, Primeiro Caderno, página 12.

Somente meses depois, Alzira virou notícia devido a um telegrama de apoio enviado ao governador da Bahia Vital Soares. O curioso é o início do telegrama publicado pelo jornal, que mostra, no âmbito político, uma evidente condição de subordinação da prefeita a um homem. Alzira informa que, “obedecendo à orientação do presidente Juvenal Lamartine”¹⁴, dava seu apoio a Vital Soares. Alzira foi lembrada mais uma vez, não pelo jornal, mas pela diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz. A reunião semanal deste grupo virou notícia e inclui-se, então, informação sobre a leitura do relatório do primeiro ano de governo da prefeita “Alzira Soriano, primeira administradora municipal da América do Sul – que realizou importantes empreendimentos”¹⁵.

Enquanto esteve viva, o nome de Alzira só apareceu neste jornal mais uma vez, em 1962. É provável que, na época em que a primeira prefeita foi eleita no nordeste do país, as proximidades geográfica e temática, tão importantes para se definir o que é notícia, tenham sido decisivas para não incluir o seu nome nas linhas do jornal. Talvez, Lajes não fosse tão perto espacialmente aos leitores de *O Globo*, portanto, como explica Mario Luiz Fernandes, qualquer notícia sobre a cidade não estaria “inserida de modo direto na convivência cotidiana das pessoas” (FERNANDES, 2014, p. 146) e não iria gerar um grau suficiente de interação e afetividade para virar notícia.

Em relação à aproximação temática, o que inclui aspectos sociais e psicológicos, esta, como bem lembra Fernandes, “supre a necessidade de grupos que buscam trocar informações, têm afinidades por temas os mais diversos e expectativas em comum” (2014, p. 146). O mais provável, como já falamos anteriormente, é que a questão feminista ainda não despertasse qualquer afetividade ou identificação com os leitores do jornal no final da década de 1920 e nos anos seguintes, portanto, não era entendida como valor-notícia.

Algo parecido aconteceu com Carlota Queiroz, primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte entre 1934 e 1935. No dia seguinte à sua posse, em novembro de 1933, nenhuma linha do jornal foi dedicada a ela e, apesar de seu nome aparecer diversas vezes em matérias publicadas nos anos seguintes, não houve protagonismo de Carlota Queiroz nas notícias.

Foi bem diferente a situação da primeira senadora do país. Em maio de 1979, o senador João Bosco faleceu e deixou a vaga aberta para ser ocupada pela suplente, Eunice Michiles que, em 31 de maio, assumiu o cargo. Em 12 de maio, dia seguinte ao falecimento de João Bosco, Michiles já estava na primeira página do jornal, anunciada como feminista e defensora da causa da mulher brasileira.

Sua chegada ao Senado foi marcada por discursos poéticos dos senadores. O jornal fez sua crítica com nota irônica: “a situação é grave, o Legislativo está em perigo: ou se toma uma providência ou o Senado da República se dissolve em ditirambos”¹⁶.

14 Acervo Digital *O Globo*, 22 de agosto de 1929, edição matutina, Primeira Seção, página 3.

15 Acervo Digital *O Globo*, 4 de abril de 1930, edição matutina, Primeira Seção, página 4.

16 Acervo Digital *O Globo*, 5 de junho de 1979, edição matutina, Primeiro Caderno, página 5.

A primeira ministra do país, Esther Ferraz, assumiu em agosto de 1982 e recebeu bastante atenção da imprensa. Na década de 1980, centenas de matérias foram publicadas com menção ao seu nome. Uma, de página inteira, merece nossa atenção, pois abordou a atuação dos movimentos feministas:

A nomeação de Esther Ferraz não foi exclusivamente em atendimento a reivindicação apresentada pelo Movimento da Mulher Democrática Social, ao presidente Figueiredo, em recente encontro nacional (...), no entanto, a reivindicação pesou na decisão presidencial. Por ocasião do encontro do Movimento das Mulheres do PDS, a senadora Eunice Michiles sugeriu que o Ministério da Educação fosse ocupado por uma mulher. A secretária-geral do MDS e candidata a deputada federal por Minas Gerais, Ana Maria Mendonça, que esteve ontem no Palácio do Planalto, disse que indicação da professora Esther de Figueiredo Ferraz tinha sido “uma resposta direta do Presidente à reivindicação das mulheres de maior participação na vida pública”¹⁷.

O movimento das mulheres ganhava força no âmbito social e político e o texto acima nos leva a ressaltar dois fatores importantes sobre esta questão. Em primeiro lugar, devemos lembrar mais uma vez, como bem destaca Mauro Wolf, o caráter dinâmico dos valores-notícia:

Mudam no tempo e, embora revelem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional – para lá de divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão, etc. –, não permanecem sempre os mesmos. Isso manifesta-se claramente na especialização temática que, num determinado período histórico, os meios de informação conferem a si próprios. Assuntos que, há alguns anos, simplesmente “não existiam”, constituem atualmente, de uma forma geral, notícia, demonstrando na extensão gradual do número e do tipo de temas considerados noticiáveis. Alguns deles impuseram-se a ponto de determinarem uma cobertura informativa específica, sob a forma de rubricas, pareceres de especialistas, separatas especiais, etc (WOLF, 2003, p. 198).

Há um movimento circular crescente: a agenda feminista torna-se noticiável, a grande imprensa é levada a falar desse movimento, o que colabora com a difusão da sua imagem. Chegamos, desse modo, ao segundo fator importante que é imperioso enfatizar. Como consequência do progresso do movimento feminista, há o aumento proporcional do seu papel na sociedade. Wolf explica que, desta forma, acelera-se “a sua marcha para a institucionalização. Por conseguinte, esses movimentos acabam por se tornar fontes estáveis (e já não ocasionais e controversas) dos órgãos de informação” (2003, p. 199), ou seja, o movimento feminista se torna uma fonte confiável, o que irá garantir mais produção noticiosa sobre as mulheres.

Há, em contrapartida, um revés. À medida que os grupos feministas evoluem, parece que se intensifica, também, o discurso machista que avança como um contra-ataque misógino frente à ascensão da imagem (com uma perspectiva positiva) da mulher na imprensa.

¹⁷ Acervo Digital *O Globo*, 17 de agosto de 1982, edição matutina, Primeiro Caderno, página 5.

Na mesma matéria que ressalta reivindicações que colaboraram para a nomeação de Esther Ferraz, outro parágrafo informa que a nova ministra:

Recebeu os jornalistas vestindo um *tailleur beige*, blusa preta e colar de pérolas, aparentando estar muito bem disposta e mostrando-se bem penteada. Houve rumores de que a demora ao atender a imprensa deveu-se a uma ida ao cabeleireiro, mas sua governanta, dona Nilza, assegurou que ela estava na residência de seu irmão, o ex-prefeito de São Paulo, José Carlos de Figueiredo Ferraz, depois de uma passagem pela costureira para provar um vestido¹⁸.

A ênfase aos aspectos físicos, vestimentas e gostos particulares cresce na mesma proporção em que cresce o poder das mulheres. A disputa de produção de sentido sobre a realidade social que diversas forças sociais e políticas travam por meio da construção discursiva fica ainda mais evidente com a nomeação de Zélia Cardoso como Ministra da Economia e com a eleição de Dilma Rousseff à Presidência da República.

No dia primeiro de março de 1990, uma matéria que também ocupou uma página inteira informava que Zélia Cardoso já era Ministra da Economia. No entanto, o subtítulo chamava a atenção para o fato de Zélia ser “uma jovem economista de muitos adjetivos”. Entre os tais adjetivos, sóbria, elegante e delicada. Além das características listadas inicialmente, a matéria chama a atenção para os “cabelos longos, batas indianas, sandálias de couro cru e bolsa a tiracolo” da nova Ministra. Só, então, seu currículo profissional é apresentado para, logo em seguida, o texto discorrer sobre os restaurantes caros que frequenta nos finais de semana, as roupas “discretamente elegantes, de confecções igualmente finas e caras, como a Tweed, em São Paulo”. Há, ainda, menção ao fato de ser solteira, mas manter “sua vida íntima totalmente preservada”¹⁹.

Um último ponto que chama a atenção na matéria trata do risco que Zélia Cardoso correu de não receber o cargo porque “foi a Búzios acertar com seus assessores os últimos detalhes do plano econômico. O futuro Presidente teria se irritado com o fato de sua assessora ser fotografada de maiô durante as discussões econômicas”²⁰.

As notícias sobre a primeira presidenta do Brasil são merecedoras de um artigo inteiro. Ou mais. Infelizmente, aqui, não há espaço para explorar as inúmeras matérias publicadas sobre ela. Vale, no entanto, destacar dois aspectos relevantes no conteúdo produzido em *O Globo* no dia seguinte à sua eleição.

Primeiramente, a quantidade de espaço reservado para tratar dos aspectos físicos e de consumo de Dilma Rousseff. Uma página inteira foi dedicada a este tema. As linhas iniciais mencionavam que “mesmo após a repaginada da campanha, Dilma foge das grifes de moda para se vestir ou se calçar”²¹. Segue, então, informações sobre roupas, sapatos,

18 Acervo Digital *O Globo*, 17 de agosto de 1982, edição matutina, Primeiro Caderno, página 5.

19 Acervo Digital *O Globo*, 1 de março de 1990, edição matutina, Primeiro Caderno, página 3.

20 Acervo Digital *O Globo*, 1 de março de 1990, edição matutina, Primeiro Caderno, página 3.

21 Acervo Digital *O Globo*, 1 de novembro de 2010, edição matutina, caderno especial “De Silva para Rouseff”, página 12.

perfume, bolsas, joias e acessórios que gosta de usar. Há, ainda, um espaço para uma charge e um quadro comparativo de fotografias de diferentes fases de sua vida.

Em segundo lugar, percebe-se nas matérias do dia primeiro de novembro, o enorme destaque dado ao presidente Lula (“Lula elege Dilma”, “como Lula construiu sua candidata”, “o risco do duplo comando”, “Lula vitorioso”, “Lula, o fiador vitorioso” e “o paralelo de Dilma será o presidente Dutra, que esquentou a cadeira para a volta de Getúlio”). Uma charge em que Dilma aparece como noiva diante de uma urna eleitoral e a indagação “Ai, meu Deus... e agora?” completa o tom de personagem coadjuvante dado à presidenta.



Acervo Digital do Globo, 1 de novembro de 2010, Primeiro Caderno, primeira página e caderno especial “De Silva para Rousseff”, página 5.

No final do século XX e início do XXI, grupos e organizações feministas ganharam espaço na imprensa graças às discussões sobre reivindicações e conquistas das mulheres que não se limitaram ao espaço acadêmico, atingindo, sobretudo, espaços de discussão pública como a mídia, mas, aparentemente, prevaleceu o interesse patriarcal de garantir ao homem o acesso aos corpos das mulheres. É o que defende a jurista feminista americana Catharine MacKinnon. Segundo ela, este é um problema real uma vez que os meios de comunicação

não são imparciais ou neutros, eles se posicionam, sim, e o patriarcado é quem exerce o controle da informação, provocando uma relação brutalmente assimétrica. Para MacKinnon, só é possível sair deste esquema, saindo do patriarcado e do capitalismo (1989).

De fato, a partir da segunda metade do século XX, quando as mulheres tentam se estabelecer como parte do grupo de atores sociais e começam a pleitear a inserção de suas demandas nas discussões políticas, o discurso patriarcal hegemônico aparece na imprensa, como afirma Lisa McLaughlin:

Embora o feminismo tenha teorizado sobre ter, substancialmente, influenciado a representação contemporânea [da mulher], um número de feministas argumenta (e eu concordo) que o legado da influência feminista na cultura popular revela, no máximo, mudanças superficiais na representação das mulheres (...). A presença das vozes feministas não garante que representações irão mudar noções tradicionais ou a ordem social dominante; nem é garantia de que estas vozes feministas serão facilmente ouvidas na competição que travam com as vozes dominantes do patriarcado e do capitalismo (MCLAUGHLIN, 1991, p. 259-260).

Esta constatação fica mais evidente ao analisarmos as primeiras páginas d' *O Globo*, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Agora é que são elas?

Em sua tese de doutorado, Adriana Barsotti lembra que “a temporalidade expressa nas páginas de jornais foi (e ainda é) fruto da relação da imprensa com o seu tempo (...). A atualidade é a força que move as primeiras páginas” (2017, p. 31-32).

Mas não só. Há, também, uma disputa pelo discurso. A análise das matérias publicadas no Dia Internacional da Mulher nos mostra bem como se dá esta disputa. Veremos que é possível compreender a escolha do que é publicado na primeira página a partir das teorias do jornalismo, mas é preciso enfatizar as motivações que levam à seleção e narração da notícia a partir de uma contextualização histórica e pensar, ainda, como afirma Aguiar, no processo de produção noticiosa como um “espaço público de lutas micropolíticas, no qual diversas forças sociais, políticas e econômicas disputam a produção de sentido sobre o real” (AGUIAR, 2009, p.180).

A data fundadora do Dia Internacional da Mulher é associada a diferentes episódios. O evento mais conhecido é a greve das operárias têxteis da Fábrica Cotton, ocorrido em Nova York, nos Estados Unidos, em 1857, quando 129 operárias morreram queimadas após repressão policial.

Em 1910, durante o II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado na Dinamarca, a comunista alemã Clara Zetkin propôs homenagear as operárias nova-iorquinas ao consagrar o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Mas a data não é sequer considerada feriado, o que, como explica Maria Amélia de Almeida Teles, “indica o quanto tem sido tortuoso o caminho em defesa da libertação da mulher” (TELES, 1999, p. 97).

A autora lembra que antes de 1964, o dia era comemorado no Brasil, mas o Golpe Civil-Militar interrompeu as manifestações. As primeiras comemorações públicas pós-golpe aconteceram em 1976, no Museu de Arte de São Paulo, e em 1977, na Fundação Getúlio Vargas, também em São Paulo:

É interessante destacar a reação da grande imprensa. O *Jornal da Tarde* publicou uma reportagem de página inteira, com a seguinte manchete: “Nossas irrequietas feministas e todos os seus pedidos. Um deles: um lugar para namorar”, assinada pela repórter Sheila Lobato. Sem dúvida, essa matéria era uma tentativa de desmoralizar o movimento, que já começava a demonstrar sua força (TELES, 1999, p. 98-99).

O *Globo* nada publicou sobre a comemoração paulista, mas no mesmo dia em que o *Jornal da Tarde* ironizava o movimento feminista, o jornal carioca, em pequena nota na página 4, anunciava a instalação da CPI da Mulher:

Foi instalada ontem no Congresso, com prazo de 180 dias para seus trabalhos e verba de Cr\$ 500 mil, a primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Legislativo Brasileiro, destinada a investigar a situação da mulher brasileira em todos os setores de atividades²².

Neste mesmo dia 9 de março, na seção Internacional, uma pequena matéria chamava a atenção para um texto do teólogo Gino Concetti, publicado na Itália, que dizia que o “feminismo não liberta mulher”. Para o franciscano, a emancipação só seria possível através da fé cristã. O texto do jornal *O Globo* lembrava que o jornal *Pravda*, da União Soviética, dedicou um editorial na primeira página com críticas aos países capitalistas, onde há “vergonhosa discriminação das mulheres” e onde “a igualdade de direitos para as trabalhadoras não existe”²³.

Ao mesmo tempo em que chamava a atenção para as lembranças acerca do feminismo e do Dia Internacional da Mulher em outros lugares do mundo, *O Globo* não dava qualquer destaque ao fato no Brasil.

Poderíamos supor que a proximidade geográfica influenciaria notícias sobre as comemorações dentro do país, afinal, como já mencionamos, este é um fator importante ao se eleger o que é notícia. No entanto, como ocorreu com Alzira Soriano e Carlota Queiroz, a aproximação temática pode não ter sido suficiente para tornar notícia tais festividades. É provável que, na década de 1970, a questão feminista apenas começava a despertar afetividade ou identificação com os leitores do jornal.

Mesmo em 1975, quando a Organização das Nações Unidas estabeleceu o Dia Internacional da Mulher, o jornal ignorou a data. Apesar de ter na primeira página um anúncio importante para o movimento feminista – proposta de emenda constitucional para a instituição do divórcio no país –, não há qualquer menção que associe o fato às festividades do oito de março.

²² Acervo digital *O Globo*, 9 de março de 1977, edição matutina, Primeiro Caderno, página 4.

²³ Acervo digital *O Globo*, 9 de março de 1977, edição matutina, Primeiro Caderno, página 15.

Somente em 1982, o jornal mencionou a data na primeira página, com chamada para uma matéria sobre encontros de mulheres em diversas partes do país. Entretanto, no mesmo dia, a primeira página destacava, ainda, três notícias com protagonismo feminino, todas ressaltando aspectos negativos ou pejorativos acerca das personagens (“a esperança da desertora”, “ex-companheira impede casamento com saraivada de tiros”, “Maira, secretária e namorada de milionário”)²⁴.

Percebemos que alguns estereótipos sobre a mulher são reforçados por meio das palavras utilizadas no jornal, como, por exemplo, a imagem da mulher associada a aspectos físicos. Foram 15 matérias em 14 edições com ênfase para a beleza e a sensualidade femininas. Também chama a atenção a quantidade de matérias em que a mulher aparece associada ao homem. São 21 chamadas em que há referência à esposa, amante, namorada, viúva, filha etc.

Paralelamente, a luta do movimento feminista é deixada de lado. É possível ver isso, claramente, a partir da quantidade de chamadas para matérias relacionadas ao Dia Internacional da Mulher. Apenas em 14 edições a data foi lembrada, em um total de 23 chamadas, sendo que, em 2015, uma chamada apresenta um tom hostil à mulher: “Dilma só cumpre uma das 5 metas. O governo da primeira presidente do país tem pouco a celebrar. Das ações prometidas contra a violência de gênero, só o transporte para vítimas de agressão foi providenciado”.²⁵ Ao ler a matéria inteira, na página 10, fica claro que alcançar as metas mencionadas na primeira página dependeria de uma ação conjunta de estados e municípios e, portanto, não seria possível responsabilizar exclusivamente a chefe do governo federal pelos poucos avanços nos programas de ação de combate à violência de gênero.

24 Acervo digital *O Globo*, 8 de março de 1982, edição matutina, Primeiro Caderno, primeira página.

25 Acervo digital *O Globo*, 8 de março de 2015, edição matutina, Primeiro Caderno, primeira página.

Dia Internacional da Mulher

Dilma só cumpre uma das 5 metas

O governo da primeira presidente do país tem pouco a celebrar. Das ações prometidas contra a violência de gênero, só o transporte para vítimas de agressão foi providenciado. **PÁGINA 10**

DORRIT HARAZIM
Filme sobre estupro debate o que o poder despreza. **PÁGINA 18**

FLÁVIA OLIVEIRA
Neste oito de março, precisamos falar sobre aborto. **PÁGINA 37**

HELENA CELESTINO
A revolucionária da burguesia que Fidel amou. **PÁGINA 40**

Divisão das tarefas de casa segue injusta

Mulheres, mesmo as mais escolarizadas, ainda estão sobrecarregadas com as tarefas domésticas. **PÁGINA 35**

Acervo digital *O Globo*, 8 de março de 2015, edição matutina, Primeiro Caderno, primeira página

Também chama a atenção o fato de haver apenas 5 chamadas para matérias sobre feminicídio. De acordo com o relatório de 2018 do Atlas da Violência,²⁶ produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)²⁷, das 2.795 mulheres assassinadas em 23 países da América Latina e Caribe em 2017, 1.133, ou 40%, foram no Brasil.

26 Informação do site do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em 11 de julho de 2020.

27 Informação do site da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <https://oig.cepal.org>. Acesso em 11 de julho de 2020.

Chamadas para matérias	Qtde	Ano
Sobre o Dia Internacional da Mulher com aspectos positivos como luta, resistência, avanços etc.	9	1982, 1985, 2002, 2016(2), 2018(2), 2019(2)
Sobre o Dia Internacional da Mulher com abordagem de problemas como feminicídio, desigualdade, sexismo etc.	13	1994, 2008, 2015(3), 2016, 2017(2), 2018(3), 2019(2)
Sobre o Dia Internacional da Mulher com tom hostil à mulher	1	2015
Com ênfase a aspectos físicos da mulher como corpo, beleza, sexualidade etc.	15	1937, 1946, 1954, 1955(2), 1957, 1960, 1961, 1962, 1987, 1988, 1993, 1997, 2011, 2014
Com protagonismo de mulheres e abordagem positiva	15	1928, 1930(2), 1937, 1940, 1960, 1968, 1977, 1982, 1986, 2004(2), 2005, 2009(2)
Com protagonismo de mulheres e abordagem negativa	13	1950, 1956, 1974, 1982, 1990, 1995(2), 1996, 2004, 2010, 2013, 2016, 2017
Com associação de mulheres a homens (esposa, amante, mãe, filha, viúva etc.)	21	1932(3), 1939, 1947, 1950, 1954, 1955(2), 1957, 1958, 1963, 1969, 1972, 1982, 1989, 1994, 2006, 2008(2), 2009
Sobre feminicídio	5	1934, 1955, 1957, 1988, 2013
Sobre resistência ou luta feminina	6	1937, 1954, 1980, 1983, 2004, 2007
Sobre avanços políticos que envolvem mulheres	1	1975
Sobre assuntos diversos com menção a mulheres	12	1927, 1928, 1940, 1946, 1954, 1955, 1956, 1960, 1968, 1971(2), 1990
Com destaque para mulheres em política, crimes, viagens, eventos etc. * Matérias sobre crianças do sexo feminino	20	1938(3), 1940, 1944(2)*, 1951, 1952*, 1955, 1957, 1962, 1963, 1968, 1971, 1973, 1991(2), 2000, 2017, 2019
Charges com mulheres	5	1997, 2003, 2006, 2012, 2015

Diante de números tão alarmantes é, no mínimo, curioso não haver mais notícias sobre o assunto. O tom, de fato, mudou. Em 1934, quando apareceu a primeira matéria sobre feminicídio no jornal, o assassino era apresentado como impulsivo e um homem que “se casara por amor”²⁸. Nos anos seguintes, não encontramos mais adjetivos que busquem de forma tão evidente justificar o feminicídio. Há, no entanto, em 2013, uma chamada para a notícia sobre o julgamento do goleiro Bruno, responsável pela morte da namorada. Na página 15, a matéria o apresenta como um rapaz abandonado pelos pais, o que pode ser compreendido como uma tentativa de se criar um discurso que transforme o algoz em vítima.

O crescimento da agenda feminista forçou a grande imprensa a abordar temas relacionados a mulheres. No entanto, tal abordagem ainda se orienta por uma perspectiva misógina, que exprime o olhar machista dominante na sociedade.

28 Acervo digital *O Globo*, 8 de março de 1934, edição matutina, Primeira Seção, primeira página.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final do século XIX até o início do XXI, mulheres se organizaram para lutar por mudanças sociais e políticas com o objetivo de conquistar direitos e igualdade. As chamadas ondas feministas provocaram a emergência de um debate histórico acerca da mulher e a imprensa, como participante do processo de construção da realidade social, participou desta transformação.

No final dos anos 1970, questões femininas começavam a se solidificar como valores-notícia, mas à medida que a discussão ganhava forma por meio de manchetes nos jornais, crescia, proporcionalmente, o discurso baseado em ideias patriarcais dominantes, em que a mulher é representada a partir de perspectivas misóginas. Vimos neste trabalho exemplos claros desta situação.

Ao analisar as notícias sobre mulheres em *O Globo*, percebemos uma tendência do jornal de ignorá-las ou retratá-las dentro de papéis estereotipados de vítima e/ou consumidoras. A pauta feminista já faz parte do campo cultural e aparece cada vez com mais frequência em notícias na imprensa, mas ainda há uma forte inclinação para um discurso hegemônico patriarcal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro/Sulina: Editora PUC-Rio/Sulina, 2009.

BARSOTTI, Adriana. **Primeira página: Do grito no papel ao silêncio no jornalismo em rede**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. PUC-Rio, 2017.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como critério de noticiabilidade: a força da notícia local. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade. Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, Viviane Gonçalves; OLIVEIRA, Lucy. Agenda da imprensa feminista: rupturas e continuidades. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (Orgs.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.

MACKINNON, Catharine. **Toward a feminist theory of the estate**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1989.

MCLAUGHLIN, Lisa. **Discourses of Prostitution / Discourses of Sexuality. Critical Studies in Mass Communication**. Abingdon: Taylor and Francis Group, 1991.

RAGO, Margareth. "Epistemologia feminista, gênero e História". In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). **Masculino, feminino, plural. Gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SILVA, Marcos Paulo da. Perspectivas históricas da análise da noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES (Orgs.). **Critérios de noticiabilidade. Problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.